

Dossiê: A produção e a difusão do conhecimento no percurso do cinquentenário do Sistema Nacional da Pós-Graduação: avanços, contradições e horizontes

Apresentação

O Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileiro completa, em 2015, o cinquentenário de sua existência. O Parecer nº 977, de 3 dezembro de 1965, do então Conselho Federal de Educação - o qual teve como relator o conselheiro Newton Sucupira -, definiu, nacionalmente, a estrutura, o funcionamento, os níveis e as finalidades da Pós-Graduação. Os argumentos presentes no Parecer afirmam que a Pós-Graduação teria como objetivos: a formação de um corpo docente preparado e competente, a formação de pesquisadores de alto nível e a qualificação profissional de quadros técnico-administrativos necessários ao desenvolvimento nacional. O parecer possui os seguintes tópicos: a origem da Pós-Graduação, sua necessidade, seu conceito, o exemplo da Pós-Graduação nos Estados Unidos, a Pós-Graduação na LDB de 1961, a Pós-Graduação e o Estatuto do Magistério, e a definição e a caracterização da Pós-Graduação. Dentre vários aspectos que caracterizam a gênese da Pós-Graduação no Brasil, o Parecer assevera que

[...] se quisermos evitar que a pós-graduação brasileira – essencial à renovação de nossa universidade – seja aviltada em seu nascedouro, devemos estabelecer não somente princípios doutrinários mas critérios operacionais e normas que dirijam e controlem sua implantação e desenvolvimento (BRASIL, 1965, p. 8).

Sobre esse aspecto, Cury (2005) ressalta que um primeiro elemento para esse controle seria a Pós-Graduação como prerrogativa das universidades. O autor enfatiza, ainda, que o Parecer define as características do mestrado e do doutorado, escalonadas em dois níveis: mestrado, com duração mínima de um ano; e doutorado, com duração mínima de dois anos. “Os programas teriam matérias próprias de uma área de concentração e outras específicas de domínio conexo. Duas fases caracterizariam a trajetória dos estudantes: aulas, seminários computados em um tempo de 360 a 450 horas, e exame geral, seguidos da investigação da qual resultará a dissertação ou tese” (CURY, 2005, p. 11).

As políticas de expansão e de consolidação da Pós-Graduação no Brasil processaram-se por meio de múltiplos mecanismos. De acordo com Santos e Azevedo (2009), no início dos anos de 1970, com a percepção que a expansão da Pós-Graduação ocorria de forma relativamente espontânea, “[...] por motivos conjunturais e pela expansão do ensino superior, os sucessivos governos militares

foram estabelecendo medidas para procurar garantir o seu desenvolvimento sistemático” (SANTOS; AZEVEDO, 2009, p. 537). Com efeito, em 1970, foi instituído o Programa Intensivo de Pós-Graduação (Decreto n. 67.348); em 1973, criado um grupo de trabalho com a tarefa de propor medidas iniciais para a definição da política de Pós-Graduação; em 1974, foi instituído o Conselho Nacional de Pós-Graduação, órgão colegiado interministerial cujas funções giravam em torno da formulação da política de Pós-Graduação e sua execução.

Em que pesem as turbulências políticas do regime ditatorial, entidades acadêmicas e empenho de educadores somaram esforços nas lutas para que a Pós-Graduação assumisse contornos institucionais e se afirmasse como uma etapa de ensino crucial para a produção da pesquisa e para a formação de quadros para a Educação Superior a serem assegurados pelo Estado brasileiro por meio de políticas públicas. Com efeito, novos marcos legais, diretrizes, políticas e programas começaram a ser elaborados e implementados. No bojo dessas ações, foi formulado o I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) para o período de 1975-1977, o qual apresentou um conjunto de análises e de estratégias que deveriam servir como referências “[...] para medidas tomadas em todos os níveis institucionais de coordenação, planejamento, execução e normalização das atividades de Pós-Graduação durante 5 anos, a partir de 1975” (BRASIL, 1975 *apud* SANTOS; AZEVEDO, 2009, p. 537). O referido Plano preconizou a formação de professores para o magistério universitário, a fim de atender à expansão do ensino superior em quantidade e qualidade; formar pesquisadores para maior incremento do trabalho científico e preparar profissionais de nível elevado, em função da demanda de mercado de trabalho nas instituições privadas e públicas (SANTOS; AZEVEDO, 2009, p. 537). Esse documento constituiu-se, pois, em um referente importante para o campo da Pós-Graduação e, nos contextos sucedâneos, foram elaborados cinco outros Planos Nacionais de Pós-Graduação, quais sejam: II PNPG (1982-1985); III Plano Nacional de Pós-Graduação (1986-1989); IV PNPG¹; V PNPG (2005-2010); e, em vigor, o VI PNPG (2011-2020). Com um recorte temporal mais ampliado do que os anteriores, o novo PNPG é elaborado e implementado coetaneamente ao Plano Nacional de Educação e se apresenta como pioneiro por contemplar as propostas de diretrizes e políticas do ensino de Pós-Graduação, uma vez que o novo PNPG é parte integrante do PNE. O Plano está organizado em cinco eixos: 1 – a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), a primazia da qualidade, a quebra da endogenia e a atenção à redução das assimetrias; 2 – a criação de uma nova agenda nacional de pesquisa e sua associação com a Pós-Graduação; 3 – o aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para outros segmentos do sistema de C,T&I; 4 – a multi

¹ “O que seria o IV Plano, devido a problemas de várias ordens, não chegou a ser implantado como Plano efetivo, mas suas diretrizes e instrumentos pautaram as ações da CAPES de 1996 a 2004.” (BRASIL, 2010, p. 13).

e a interdisciplinaridade entre as principais características da Pós-Graduação e importantes temas da pesquisa; 5 – o apoio à Educação Básica e a outros níveis e modalidades de ensino, especialmente o Ensino Médio. O documento reconhece que os supracitados eixos já estavam presentes nos Planos anteriores e indica como seu diferencial a definição de programas específicos e novas metas mediante a adoção de uma visão sistêmica em seus diagnósticos, suas diretrizes e suas propostas. Ainda, de acordo com o documento,

[...] um dos eixos do novo Plano será a organização de uma agenda nacional de pesquisa, também ela organizada em torno de temas, de acordo com sua relevância para o país e das oportunidades que se avizinham. O combate às assimetrias é outro tema importante, cuja complexidade irá exigir a ação sinérgica de vários órgãos de governo envolvidos. A novidade será o foco nas mesorregiões, cuja formatação dará aos órgãos de governo uma ferramenta mais precisa que o foco em unidades e em macrorregiões (BRASIL, 2010, p. 18).

Sem embargo, após cinco décadas de institucionalização da Pós-Graduação no Brasil, tivemos indubitavelmente muitas conquistas, avanços e êxitos, com expressivos contributos para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia como também impactos significativos no campo social. Nessa trajetória, os cursos de mestrado e doutorado têm se constituído em um *locus* privilegiado de produção e de difusão do conhecimento em diferentes áreas. A estrutura e o funcionamento da Pós-Graduação brasileira atualmente são reconhecidos e respeitados nacional e internacionalmente pela comunidade acadêmica e tem se expandido de forma exponencial.

De acordo com dados da CAPES, em 2008, o Sistema Nacional de Pós-Graduação contava com 2.588 Programas de Pós-Graduação, distribuídos nas regiões brasileiras da seguinte forma: 184 Programas na região Centro Oeste; 456 Programas na região Nordeste; 110 Programas na região Norte; 1.316 Programas na região Sudeste e 522 Programas na região Sul (SANTOS; AZEVEDO, 2009). Dados recentes da referida agência, evidenciam uma expansão expressiva da Pós-Graduação no Brasil mediante crescimento de aproximadamente 23% no último triênio. Na Avaliação Trienal da CAPES, ano base 2013, referente ao período de 2010 a 2012, foram analisados 3.337 programas de Pós-Graduação, que compreendem 5.082 cursos, sendo 2.893 de mestrado, 1.792 de doutorado e 397 de mestrado profissional². Conforme consta do relatório, o desenvolvimento do sistema deu-se em todas as regiões do Brasil. A região Norte teve 40% de crescimento, seguida pelo Centro-Oeste com 37% e Nordeste com 33%. Sul e Sudeste, regiões com maior número de programas de Pós-Graduação, tiveram

² Especificamente no campo da educação, em 1966, foi criado o primeiro curso de Pós-Graduação em Educação no Brasil, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente, existem 153 programas de Pós-Graduação em Educação, tendo sido aprovados mais 6 no final de março do corrente ano.

crescimento de 25% e 14%, respectivamente (BRASIL, 2014). Observa-se, pois, um aumento na implementação de Programas nas regiões norte e nordeste, as quais, em contextos anteriores, demonstravam certa timidez na oferta dessa etapa de ensino.

Ainda de acordo com a CAPES, o crescimento da Pós-Graduação brasileira também pode ser percebido em outros indicadores, como a produção intelectual e o número de mestres e doutores titulados. Dados de produção intelectual apontam um aumento de 34% na publicação de artigos em periódicos científicos (171.969, em 2012) e o número de estudantes que obtiveram título de mestre ou doutor saltou de 50.411, em 2010, para 60.910, em 2012.

Referenciando-se a aspectos históricos da Pós-Graduação, Cunha destaca que

[...] no ensino superior federal, a reforma de 1968 ligou a Pós-Graduação, recém institucionalizada, à carreira docente, fazendo dos títulos de mestre e de doutor requisitos de ingresso e de progressão. As instituições estaduais logo seguiram essa diretiva. No setor privado, intensificou-se o crescimento de instituições de ensino, atraídas pelo promissor mercado de candidatos a diploma e alimentadas pelos subsídios governamentais, diretos e indiretos. (CUNHA, 2007, p. 1).

O autor assevera ainda que houve uma busca expressiva por diplomas de mestre e de doutor em Educação no período pós-LDB (Lei 9.394/96), uma vez que a referida Lei exige que o corpo docente de cada universidade tenha, pelo menos, 1/3 de seus membros com títulos de mestre ou de doutor. Destarte, no contexto de expansão da Pós-Graduação, Cunha (2007, p.169) destaca que “[...] lamentavelmente, a demanda por diplomas baratos foi a que mais cresceu, induzindo a criação de programas em universidades públicas e privadas, mas em nível decrescente de qualidade acadêmica”. Por via de regra, a expansão da Pós-Graduação no Brasil está intrinsecamente vinculada à intensificação da pesquisa e da publicação. Sobre esse aspecto, Cunha afirma:

[...] com efeito, se continuam sendo produzidos bons trabalhos, na forma de livros e artigos, derivados de teses, de dissertações e de pesquisas realizadas por docentes dos programas, minha sensação é que, proporcionalmente, cresceu mais o número de textos irrelevantes, gerados apenas pela motivação de publicar. Assim, a versão brasileira do imperativo norte-americano “publicar ou perecer”, incentivado pelas agências de fomento em seu viés quantitativista, leva à perda da qualidade média, de modo que os catálogos das editoras e os sumários das revistas acabam por espelhar tal situação. (CUNHA, 2007, p. 169).

Após cinco décadas de aprovação do parecer nº 977/1965, muitas mudanças processaram-se e novas configurações foram definidas para o Sistema

Nacional de Pós-Graduação. A expansão da Pós-Graduação e sua intrínseca exigência de titulação e publicação erige-se em um processo de avanços e recuos. No bojo das contradições e das antinomias entre a ética e o produtivismo, torna-se premente realizarmos balanços analíticos sobre os sentidos, os significados e os formatos da produção e da difusão do conhecimento no âmbito da Pós-Graduação brasileira.

Considerando que, historicamente, a Revista *Práxis Educativa* participa ativamente dos principais debates que mobilizam o campo da educação brasileira, esta seção temática intitulada *A produção e a difusão do conhecimento no percurso do cinquentenário do Sistema Nacional da Pós-Graduação: avanços, contradições e horizontes* tem como intenção precípua fomentar reflexões sobre a expansão da Pós-Graduação, recuperando debates sobre a função social da pesquisa, os sentidos que nos constituem como pesquisadores e a eticidade nos processos de produção e de difusão do conhecimento. Para tanto, serão disponibilizados artigos com reflexões densas e consistentes sobre as políticas de Pós-Graduação no Brasil mediante balanços analíticos de suas formulações e de seus processos de implantação nesses cinquenta anos transcorridos. Os artigos foram organizados em dois diferentes grupos. O primeiro grupo - o qual agrega os três primeiros artigos -, é constituído por análises que primam pelos processos da produção da pesquisa na perspectiva da eticidade, da epistemologia e das arenas dos campos do saber. O segundo grupo é composto por três artigos que apresentam como substrato precípua de análises a gênese e o percurso histórico de décadas do Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileiro. Compõe também esse dossiê a entrevista com Jamil Cury e Dalila Andrade de Oliveira, pesquisadores com forte inserção na história da Pós-Graduação brasileira.

O artigo de Pedro Goergen, intitulado *A ética na Pesquisa*, analisa a relação entre ética e pesquisa partindo, inicialmente, de uma incursão na história da pesquisa acadêmica no Brasil, evidenciando seu caráter recente e sua rápida evolução desde a década de 1960. A seguir, o autor problematiza o elo entre a racionalidade instrumental, próprio da pesquisa, e suas implicações éticas a partir de reflexões críticas a respeito do sentido social e ético da evolução da pesquisa no Brasil. Suas conclusões colocam em relevo a eticidade da pesquisa mediante a integração dialógica entre projetos particulares de investigação e a dimensão ética do Bem Comum social.

A partir de uma perspectiva filosófica, Tiago Adão Lara, no artigo *Significados da produção do conhecimento na Pós-Graduação e suas interlocuções com a prática social*, suscita reflexões sobre a aprendizagem do pensar e o cultivo dessa aprendizagem como “tarefa primeira” de um programa de Pós-Graduação em Educação. Contrapondo-se a práticas que incorrem em um intelectualismo abstrato e estéril, o autor apresenta seis teses sobre os sentidos da produção do conhecimento

na Pós-Graduação e as interseções sobre a racionalidade, o saber e os processos culturais.

O artigo *A pesquisa educacional e o movimento “pesquisas científicas baseadas em evidência”* de Antonio Chizzotti, desenvolve análises sobre o movimento de críticas à pesquisa em ciências humanas ao se referenciar na validade exemplar das pesquisas experimentais, em específico, das pesquisas derivadas da área médica. Em suas conclusões, o autor apresenta as limitações epistemológicas do referido movimento ao advogar o “padrão ouro” de uma pesquisa rigorosa com características do que considera alta qualidade científica.

No artigo *A Pós-Graduação e a pesquisa no Brasil: Processos de regulação e de reconfiguração da formação e da produção do trabalho acadêmico*, João Ferreira de Oliveira discute os processos de regulação e de reconfiguração da formação e da produção do trabalho acadêmico no Brasil. A partir de inflexões analíticas derivadas de documentos oficiais e dispositivos legais, o artigo contribui para reflexões sobre o papel das agências de fomento e de avaliação e as antinomias sedimentadas entre uma visão de expansão que impulsiona a produção do conhecimento associada às demandas econômico-produtivas e um projeto formativo consistente, que resulte em avanços significativos na produção e na divulgação do conhecimento nas diferentes áreas.

A partir de uma abordagem histórica sobre a Pós-Graduação brasileira, Maria Margarida Machado, no artigo *As contribuições da ANPED no processo de consolidação da Pós-Graduação brasileira: percursos históricos e cenários atuais*, desenvolve análises sobre o papel que exerce a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) no debate da política educacional brasileira. Referenciando-se em fontes documentais, a autora resgata a gênese dessa Associação e correlaciona seu percurso histórico com a consolidação do Sistema Nacional de Pós-Graduação e com os processos de elaboração e implementação das principais políticas públicas de educação na contemporaneidade.

O artigo *Pós-Graduação em Educação em Minas Gerais: apontamentos sobre uma história em construção*, de autoria de Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, Elenita Pinheiro de Queiroz Silva e Sônia Maria dos Santos, enfoca a gênese e a evolução da Pós-Graduação em Educação em Minas Gerais. Utilizando como fonte documentos legais e dados estatísticos, as autoras realizam uma leitura histórico-contextual da Pós-Graduação e apresentam um panorama do desenvolvimento regional dessa etapa de ensino em interface com o desenvolvimento do campo no território nacional.

Por fim, a entrevista com Carlos Jamil Cury e Dalila Andrade de Oliveira tem como temática chave a “Pós-Graduação e a pesquisa em Educação: trajetórias percorridas e desafios atuais”. Os entrevistados abordam os principais

contributos do Sistema Nacional de Pós-Graduação para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e para o campo social no decorrer de seu cinquentenário. São discutidos, também, os principais desafios para a democratização da Pós-Graduação na realidade brasileira e os significados da produção e da disseminação do conhecimento como bem público.

Esperamos que os trabalhos aqui apresentados possam possibilitar aos leitores traçarem um quadro interpretativo mais amplo dos objetos retratados incitando novos questionamentos e novos ângulos de reflexões, de análises e de debates.

Boa leitura!

Maria Vieira Silva

Editora convidada

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Resultados da Avaliação da Capes revelam que pós-graduação teve crescimento de 23% no triênio. **Capes**, Brasília, maio 2014. Coordenação de Comunicação Social da Capes. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/36-noticias/6689>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação** (PNPG 2011-2020). Coordenação de Pessoal de Nível Superior. Brasília, DF: Capes, 2010.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Parecer CFE nº 977/65**, aprovado em 3 de dezembro de 1965. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer_CESU_977_1965.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2014.

CUNHA, L. A. **A retomada de compromissos históricos aos trinta anos da ANPED**. Anais da 30ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 2007.

CURY, J. Trinta por trinta. **Dimensões da Pós-Graduação no Brasil**. Anais da 30ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 2007.

SANTOS, A. L. F.; AZEVEDO, J. M. L. A Pós-Graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 42, set./dez. 2009.